



DIÁRIO

da Assembleia da República

V LEGISLATURA

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1989-1990)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 17 DE NOVEMBRO DE 1989

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Vítor Perelra Crespo

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Reinaldo Alberto Ramos Gomes
Carlos Manuel Luís
Júlio José Antunes
Daniel Abílio Ferreira Bastos

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 30 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa do projecto de lei n.º 449/V (PCP).

Procedeu-se à discussão, na generalidade, da proposta de lei n.º 116/V — Rectificação à Lei n.º 114/88, de 30 de Dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 1989. Intervieram no debate, a diverso título, além dos Srs. Secretários de Estado do Orçamento (Rui Carp) e dos Assuntos Fiscais (Oliveira Costa), os Srs. Deputados Gameiro dos Santos e Ferraz de Abreu (PS), Carvalho Martins (PSD), Oclívio Teixeira (PCP), Vieira de Castro (PSD) e Vítor Avila (PRD).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 12 horas e 10 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 30 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Abílio de Mesquita Araújo Guedes.
Adérito Manuel Soares Campos.
Alberto Cerqueira de Oliveira.
Alberto Monteiro de Araújo.
Alexandre Azevedo Monteiro.
Álvaro José Martins Viegas.
Amândio Santa Cruz Basto Oliveira.
António Abílio Costa.
António Abrantes Pereira.
António Augusto Lacerda Queirós.
António Augusto Ramos.
António de Carvalho Martins.
António Costa de A. Sousa Lara.
António Fernandes Ribeiro.
António Joaquim Correia Vairinhos.
António Jorge Santos Pereira.
António José Caeiro da Mota Veiga.
António José de Carvalho.
António José Coelho Araújo.
António Manuel Lopes Tavares.
António Maria Oliveira de Matos.
António Maria Ourique Mendes.
António Maria Pereira.
António Paulo Martins Pereira Coelho.
António Sérgio Barbosa de Azevedo.
Aristides Alves do Nascimento Teixeira.
Arlindo da Silva André Moreira.
Armando Lopes Correia Costa.
Arménio dos Santos.
Arnaldo Ângelo Brito Lhamas.
Belarmino Henriques Correia.
Carla Tato Diogo.
Carlos Lélis da Câmara Gonçalves.
Carlos Manuel Duarte Oliveira.
Carlos Manuel Oliveira da Silva.
Carlos Manuel Sousa Encarnação.
Carlos Miguel M. de Almeida Coelho.
Carlos Sacramento Esmeraldo.
Casimiro Gomes Pereira.
Cecília Pita Catarino.
Cristóvão Guerreiro Norte.
Daniel Abílio Ferreira Bastos.
Dinah Serrão Alhandra.
Domingos Duarte Lima.
Domingos da Silva e Sousa.
Eduardo Alfredo de Carvalho P. da Silva.
Ercília Domingues M. P. Ribeiro da Silva.
Evaristo de Almeida Guerra de Oliveira.
Fernando Dias de Carvalho Conceição.
Fernando José Alves Figueiredo.
Fernando José Antunes Gomes Pereira.
Fernando José R. Roque Correia Afonso.
Filipe Manuel Silva Abreu.
Flausino José Ferreira da Silva.
Francisco Antunes da Silva.
Francisco João Bernardino da Silva.
Francisco Mendes Costa.
Germano Silva Domingos.

Gilberto Parca Madail.
Guido Orlando de Freitas Rodrigues.
Guilherme Henrique V. Rodrigues da Silva.
Hilário Torres Azevedo Marques.
Jaime Gomes Mil-Homens.
João Álvaro Poças Santos.
João Costa da Silva.
João Domingos F. de Abreu Salgado.
João José Pedreira de Matos.
João José da Silva Maças.
João Maria Ferreira Teixeira.
João Soares Pinto Montenegro.
Joaquim Eduardo Gomes.
Joaquim Fernandes Marques.
Joaquim Vilela de Araújo.
Jorge Paulo Seabra Roque da Cunha.
José Alberto Puig dos Santos Costa.
José de Almeida Cesário.
José Álvaro Machado Pacheco Pereira.
José Assunção Marques.
José Augusto Ferreira de Campos.
José Augusto Santos Silva Marques.
José Francisco Amaral.
José Guilherme Pereira Coelho dos Reis.
José Júlio Vieira Mesquita.
José Lapa Pessoa Paiva.
José Luís Bonifácio Ramos.
José Luís de Carvalho Lalandia Ribeiro.
José Manuel da Silva Torres.
José Mário Lemos Damião.
José Pereira Lopes.
José de Vargas Bulcão.
Leonardo Eugénio Ribeiro de Almeida.
Luís António Damásio Capoulas.
Luís António Martins.
Luís Filipe Garrido Pais de Sousa.
Luís Filipe Meneses Lopes.
Luís Manuel Costa Geraldês.
Luís Manuel Neves Rodrigues.
Luís da Silva Carvalho.
Manuel Albino Casimiro de Almeida.
Manuel António Sá Fernandes.
Manuel Coelho dos Santos.
Manuel Ferreira Martins.
Manuel João Vaz Freixo.
Manuel Joaquim Baptista Cardoso.
Manuel Maria Moreira.
Manuel Pereira.
Margarida Borges de Carvalho.
Maria da Conceição U. de Castro Pereira.
Maria Luísa Lourenço Ferreira.
Maria Manuela Aguiar Moreira.
Mary Patrícia Pinheiro e Lança.
Mário Jorge Belo Maciel.
Mário de Oliveira Mendes dos Santos.
Mateus Manuel Lopes de Brito.
Miguel Fernando C. de Miranda Relvas.
Pedro Augusto Cunha Pinto.
Pedro Domingos de S. e Holstein Campilho.
Rui Alberto Limpo Salvada.
Rui Gomes da Silva.
Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete.
Valdemar Cardoso Alves.
Vasco Francisco Aguiar Miguel.
Virgílio de Oliveira Carneiro.
Walter Lopes Teixeira.

Partido Socialista (PS):

Afonso Sequeira Abrantes.
 Alberto Arons Braga de Carvalho.
 Alberto Manuel Avelino.
 Alberto Marques de Oliveira e Silva.
 Alberto de Sousa Martins.
 António de Almeida Santos.
 António Carlos Ribeiro Campos.
 António Fernandes Silva Braga.
 António José Sanches Esteves.
 António Magalhães da Silva.
 António Miguel de Moraes Barreto.
 António Poppe Lopes Cardoso.
 Carlos Manuel Luís.
 Carlos Manuel Martins Vale César.
 Edite Fátima Marreiros Estrela.
 Edmundo Pedro.
 Eduardo Ribeiro Pereira.
 Elisa Maria Ramos Damião Vieira.
 Hélder Oliveira dos Santos Filipe.
 Henrique do Carmo Carminé.
 Jaime José Matos da Gama.
 João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu.
 João Rosado Correia.
 Jorge Lacão Costa.
 Jorge Paulo Almeida Coelho.
 José Barbosa Mota.
 José Fernando Sequeira Rodrigues.
 José Manuel Oliveira Gameiro dos Santos.
 José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.
 Júlio Francisco Miranda Calha.
 Manuel Alegre de Melo Duarte.
 Manuel António dos Santos.
 Maria Julieta Ferreira B. Sampaio.
 Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.
 Raul Fernando Sousela da Costa Brito.
 Rui António Ferreira Cunha.
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira.
 Vítor Manuel Caio Roque.

Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe Gaião Rodrigues.
 António da Silva Mota.
 Carlos Vítor e Baptista Costa.
 Eduarda Maria Castro Fernandes.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 João António Gonçalves do Amaral.
 Joaquim António Rebocho Teixeira.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 José Manuel Santos Magalhães.
 Júlio José Antunes.
 Lino António Marques de Carvalho.
 Luís Manuel Loureiro Roque.
 Luís Maria Bartolomeu Afonso Palma.
 Manuel Anastácio Filipe.
 Maria de Lourdes Hespagnol.
 Octávio Augusto Teixeira.
 Sérgio José Ferreira Ribeiro.

Partido Renovador Democrático (PRD):

António Alves Marques Júnior.
 Francisco Barbosa da Costa.
 José Carlos Pereira Lilaia.
 Vítor Manuel Ávila da Silva.

Centro Democrático Social (CDS):

Adriano José Alves Moreira.
 Basílio Adolfo de M. Horta da Franca.
 José Luís Nogueira de Brito.
 Narana Sinai Coissoró.

Partido Ecologista Os Verdes (MEP/PEV):

André Valente Martins.
 Herculano da Silva P. Marques Sequeira.

Deputados independentes:

Carlos Matos Chaves de Macedo.
 João Cerveira Corregedor da Fonseca.
 Jorge Pegado Lis.
 Maria Helena Salema Roseta.

Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai dar conta de um diploma que deu entrada na Mesa.

O Sr. Secretário (Reinaldo Gomes): — Deu entrada na Mesa, e foi admitido, o projecto de lei n.º 449/V — Criação da Escola Superior de Enfermagem em Setúbal, apresentado pela Sr.ª Deputada Odete Santos e outros, do PCP.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos dar início à discussão, na generalidade, da proposta de lei n.º 116/V — Orçamento rectificativo para 1989 (alteração à Lei n.º 114/88, 30 de Dezembro).

Srs. Deputados, a Mesa, para se organizar, agradecia que se inscrevessem.

O Sr. Gameiro dos Santos (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Gameiro dos Santos (PS): — Sr. Deputado, de facto, já são 10 horas e 30 minutos e, para que o debate tenha início, é importante, diria mesmo essencial, a presença de algum membro do Governo, pelo que talvez fosse preferível aguardarmos mais um pouco. É que hoje é sexta-feira, o trânsito é muito e devemos condescender um pouco.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, a Mesa compreende as suas preocupações e, há pouco, exprimiui-as ao chamar as Srs. Deputados. Além disso, vai fazendo apelos, porque talvez se oiçam em alguma das cinquenta e não sei quantas televisões instaladas pela Assembleia. Espero, pois, que o meu apelo se faça sentir nos gabinetes dos diferentes grupos parlamentares.

Entretanto, uma vez que está aberta a sessão, continuo a fazer o apelo que há pouco fiz, isto é, o favor de se inscreverem para podermos organizar os trabalhos.

O Sr. Gameiro dos Santos (PS): — Sr. Presidente, mais uma vez, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Gameiro dos Santos (PS): — Sr. Presidente, as inscrições surgem na sequência da intervenção do membro do Governo.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o meu pedido no sentido de se inscreverem tem por objectivo saber os nomes dos oradores para podermos organizar os trabalhos de acordo com as bancadas.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, estou convencido de que deverá ser por qualquer motivo justificado que neste momento preciso o Governo não se encontra representado. Se V. Ex.^a tiver a bondade, tomara uma providência rápida no sentido de indagar o que se passa, porque é, sem dúvida, por qualquer motivo justificado que não está presente nenhum membro do Governo. É evidente!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, a Mesa está a tomar as providências rápidas que pode tomar.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra apenas para dar a minha opinião sobre o pedido feito pelo Sr. Presidente.

Saber o nome dos oradores que querem intervir sobre a proposta de lei não tem o mínimo interesse, porque a preparação dos trabalhos no sentido de dar a palavra aos deputados que se inscreveram é de acordo com a ordem de inscrição, que só haverá quando os deputados considerarem que se devem inscrever. Com certeza que nenhum deputado vai pedir para se inscrever enquanto o debate não começar, e o mesmo não pode começar sem cá estar o Governo.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, não podemos mais continuar com esta questão. Gostaria de rectificar que não é totalmente de acordo com a ordem de inscrição, porque há uma outra regra, que é a da sequência, mas não vamos continuar com isto!

A Mesa está a fazer esforços para começar o debate. É tudo! Ponto final!

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, o problema da alternância é correcto, só que não pode suceder aquilo que, por lapso — pelo menos, assim nos foi informado —, ontem sucedeu.

Por isso queria deixar muito claro que, pela nossa parte, os pedidos de inscrição são registados e a palavra deve ser dada aos deputados de acordo com a ordem de inscrição.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, todos nós conhecemos a prática parlamentar e como é que funciona; pelo que estamos em condições de trabalhar.

Srs. Deputados, vamos, pois, proceder à discussão, na especialidade, da proposta de lei n.º 116/V — Rectificação à Lei n.º 114/88, de 30 de Dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 1989.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Orçamento.

O Sr. Secretário de Estado do Orçamento (Rui Carp): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: Cabe-me a honra de apresentar, tal como fiz por esta altura no ano passado, uma proposta de lei de alteração à Lei n.º 114/88, baixando o défice orçamentado de 1989, tal como também sucedeu com o défice orçamentado de 1988.

Simultaneamente à redução do défice, dão-se condições orçamentais acrescidas em áreas de primeira prioridade na política do Governo, como são as da educação, da saúde e da reforma do sistema retributivo da função pública.

Por outras palavras, dá-se, em 1989, mais uma prova de acrescida disciplina financeira e de boa gestão orçamental, com reafecção de recursos para sectores sociais com implicações directas no bem-estar da grande maioria das famílias portuguesas.

Com a consciência tranquila de que está a cumprir-se mais uma etapa no grande projecto de mudança na sociedade portuguesa por via das finanças públicas, temos neste momento em apreciação e votação, nesta Assembleia, esta alteração orçamental.

Com a convicção de que muitas etapas ainda se terão de vencer, com obstáculos quantas vezes colocados por aqueles que reclamando-se de progressismo, mais não querem do que manter tudo como está.

Mas passemos a uma breve apresentação das principais alterações propostas:

Do lado das despesas, temos de destacar, nas áreas de elevada valia social: 29 milhões de contos para o Serviço Nacional de Saúde, sendo 2 milhões de contos para um programa piloto de regeneração numa grande unidade hospitalar, o Hospital de São João no Porto, que se propõe atingir metas gestórias de efeitos demonstração muito interessantes — a verba restante para o Serviço Nacional de Saúde visa, entre outros aspectos, acelerar as reestruturações orgânicas e substituição de material de funcionamento de numerosas unidades hospitalares, a par da cobertura do impacto das reestruturações das carreiras do sector; 13 milhões de contos para o Ministério da Educação que visam atingir objectivos muito semelhantes nas áreas do ensino superior, mais 1,5 milhões de contos e, nos restantes níveis de ensino, mais 11,5 milhões de contos; 4 milhões de contos para subsídios em empresas públicas de transportes, em resultado de ajustamentos tarifários e ainda 1 milhão de contos para início da regularização da dívida dos serviços portuários à Segurança Social, nos termos, aliás, de uma resolução do Conselho de Ministros de 1987.

No domínio do novo sistema remuneratório da função pública, os 24 milhões de contos irão reforçar os 10 milhões já inscritos no capítulo 60 e visam cobrir o esforço orçamental para toda a Administração Central (civil, militar e militarizada) em 1989.

Pelo mesmo motivo, reforçam-se em 2 milhões de contos as verbas destinadas a pagar as pensões de reserva da GNR, Guarda Fiscal e PSP, inscritas no capítulo «Pensões e reservas» do Ministério das Finanças.

Do lado das receitas, introduzem-se, em sede de execução orçamental de 1989, algumas rectificações às estimativas de certos impostos, em resultado da eficiente resposta da administração tributária ao arranque da reforma fiscal, conjugada com o quarto ano de bom andamento da economia portuguesa. Sem este comportamento das receitas fiscais, não seria possível, assim, o reforço de meios para os objectivos já referenciados.

No passado, eram vulgares os orçamentos suplementares com mais défices, para já não citarmos as malfadadas despesas por «Operações de tesouraria». São situações estranhas à actual governação, que apresenta a esta Câmara, neste momento, uma redução do défice em 15,8 milhões de contos, superior, mesmo em termos reais, à redução da rectificação por ele apresentada ao orçamento em 1988, redução essa que na altura se cifrou em 13,6 milhões de contos.

São medidas como esta, a juntar a tantas outras já tomadas pelo governo social-democrata na área das finanças públicas (e recorro à eliminação de fundos e serviços autónomos, a apresentação à Assembleia da República da Contá Geral do Estado anual a tempo e horas, a inscrição da dívida oculta, a abolição das derrapagens orçamentais, o surgimento de *superavit* primários, a introdução da orçamentação por actividade, o reforço dos meios de fiscalização e controlo dos dinheiros públicos, a reforma do Tribunal de Contas, a eliminação das operações de tesouraria, a apresentação das bases gerais da reforma da contabilidade pública, entre outras), que dignificam o nosso país aos olhos dos agentes económicos e das instituições internacionais e fortalecem a democracia e as suas instituições.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: No cumprimento de uma competência constitucional — fazer executar o Orçamento —, o Governo apresenta esta proposta de lei alterando o Orçamento do Estado para 1989. Não é, nem podia ser, um novo Orçamento, mas é antes a condição ou a consequência de medidas de política que visam mais bem-estar social, mais progresso, dentro da reforçada disciplina financeira.

O Governo assumiu as suas responsabilidades; está, neste momento, o Parlamento com a faculdade de assumir as suas, dentro da competência que a Constituição lhe confere no domínio das alterações ao Orçamento. Desejamos que a use bem! Para bem do nosso país e dos Portugueses, que também assim o desejam!

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Gameiro dos Santos.

O Sr. Gameiro dos Santos (PS): — Sr. Secretário de Estado do Orçamento, começo por lhe perguntar se considera que, de facto, com a apresentação deste orçamento suplementar, o Governo tem como objectivo principal a redução do défice orçamentado, dado que, em nosso entender, esta redução é meramente fictícia. Isto porque o Governo parece que se esqueceu de que cobrou indevidamente, em 1989, mais de 28 milhões de contos de IRS aos contribuintes. Ora, conhecendo o Governo esta situação já desde meados do ano de 1989, deveria ter procedido a ajustamentos no Código do IRS, designadamente nas tabelas práticas, de forma que, ainda no ano de 1989, esses contribuintes pudessem ser compensados.

De facto, o Governo assim não procede e remete para 1990 o reembolso aos contribuintes destes 28 milhões de contos, quando poderia perfeitamente fazê-lo ainda no decorrer do ano de 1989.

Ainda na exposição de motivos — e esta é a razão da minha segunda pergunta —, o Sr. Secretário de Estado veio dizer: «Bem, este orçamento suplementar aparece também com o objectivo de destinar mais meios financeiros aos Ministérios da Educação e da Saúde, de modo a reforçar [...]» — pasmem-se, meus senhores! — «[...] os programas e iniciativas a desenvolver no âmbito destes Ministérios.» Mas reforçar o quê, Sr. Secretário de Estado? Há programas que vão ser reforçados? Ou será que isto aparece porque o Governo errou clamorosamente na previsão da inflação e esse erro clamoroso repercutiu-se na previsão das despesas destes dois Ministérios, e este reforço destina-se, pura e simplesmente, a cobrir défices que têm posto em causa o funcionamento de muitos hospitais deste país e de muitos estabelecimentos de ensino.

Julgo que o Sr. Secretário de Estado lê jornais e, por isso, deve conhecer o exemplo do Hospital de Castelo Branco — que é um exemplo clamoroso —, como deve conhecer os exemplos da maioria dos hospitais, onde, por exemplo, os atrasos nos pagamentos aos fornecedores se cifram já em largos meses — quatro, cinco e seis meses —, pondo em causa o normal funcionamento desses estabelecimentos.

Outra questão que lhe queria colocar, Sr. Secretário de Estado, prende-se com o sistema retributivo da função pública. VV. Ex.^{as} fizeram grandes parangonas nos jornais com este novo sistema retributivo, mas acha o Sr. Secretário de Estado que esse novo sistema retributivo responde aos legítimos anseios dos trabalhadores da Administração Pública?

Parece-me que as críticas que os sindicatos e os próprios trabalhadores da Administração Pública fizeram são mais que significativas. Este sistema retributivo alarga, extraordinariamente, os leques salariais, dá origem a aumentos substanciais no topo das carreiras e parte os aumentos nas categorias mais baixas, ocasionando um autêntico agravamento das injustiças sociais.

No que se refere à previsão de receitas, aí, de facto, o Governo vai perdendo credibilidade ano após ano. Já o ano passado apresentou aqui o orçamento suplementar que todos conhecemos e este ano volta a apresentar um orçamento suplementar que demonstra um erro de previsão de 91,2 milhões de contos.

Mas este erro de previsão não é por acaso!... Daí que lhe faça mais as seguintes perguntas, Sr. Secretário de Estado: será que este erro de previsão teve em vista dar a entender aos contribuintes portugueses que a carga fiscal era inferior à real?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, queira terminar, pois já ultrapassou largamente o tempo de que dispunha.

O Orador: — Termino já, Sr. Presidente. Será que, por exemplo, no caso concreto das receitas do IVA, se fez uma previsão manifestamente por defeito e já se sabia que essas receitas não iam ser atingidas, que iam ser bastante superiores? Será que o Governo pretendeu, deliberadamente, reduzir as verbas a transferir para as autarquias locais?

O Sr. Presidente: — Sr. Secretário de Estado do Orçamento, havendo mais um orador inscrito para pedir esclarecimentos, V. Ex.^a deseja responder já ou no fim?

O Sr. Secretário de Estado do Orçamento: — Respondendo no fim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Então, para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Ferraz de Abreu.

O Sr. Ferraz de Abreu (PS): — Sr. Secretário de Estado, poderia, na realidade, face ao que o meu camarada de bancada já disse, prescindir do uso da palavra. Uso-a, no entanto, para me referir apenas ao caso da saúde.

Da intervenção de V. Ex.^a pareceu-me poder concluir-se que o reforço de 29 milhões de contos tinha origem no facto de o Governo considerar prioritário o sector da saúde. Gostava que me dissesse se acha que, na realidade, o Governo considera prioritário esse sector e se o reforço pedido vem demonstrar isso, mesmo.

Faço-lhe esta pergunta em virtude de o dinheiro agora solicitado para complementar o orçamento da saúde se destinar, pura e simplesmente, a enfrentar os buracos que os erros cometidos na elaboração do orçamento do Ministério da Saúde para 1989 introduziram.

Todos nós sabemos, de facto, as deficiências tremendas com que os hospitais lutaram até agora por lhes ter sido imposto um orçamento precisamente igual ao do ano anterior.

O reforço pedido, Sr. Secretário de Estado, não visa fazer frente à melhoria dos equipamentos e das instalações. Destina-se, na realidade, a tapar os buracos do funcionamento normal dos hospitais.

Por outro lado, V. Ex.^a falou também no problema das carreiras. Penso que esse argumento não é de invocar, pois, ainda há poucos dias, ouvimos da boca da Sr.^a Ministra da Saúde a informação de que nem mesmo o Orçamento do Estado para 1990 incluía ainda a verba destinada às carreiras, quando elas forem, na realidade, decretadas e os salários respectivos forem estabelecidos.

Portanto, Sr. Secretário de Estado, não há que afirmar que o sector da saúde é prioritário, pois tudo nos leva a crer que ele não foi considerado prioritário no Orçamento do Estado para 1989 nem o irá ser no Orçamento de Estado para 1990. Mas, já agora, gostava que o Sr. Secretário de Estado me esclarecesse.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Orçamento.

O Sr. Secretário de Estado do Orçamento: — Sr. Deputado Gameiro dos Santos, proponho que as questões que me colocou relativamente aos impostos sejam respondidas pelo meu colega Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, que também está presente e se encontra mais habilitado do que eu a responder-lhe na especialidade, com detalhe, sobre a restituição dos montantes retidos em excesso nos impostos deste ano.

Posso, no entanto, adiantar-lhe que o próprio Código do Imposto sobre Rendimentos prevê o sistema de restituição desses montantes e que a própria natureza do imposto dificulta a sua restituição antes do final do ano. Quanto à questão da cobertura dos défices, Sr. Deputado Gameiro dos Santos, parece-me que talvez seja de uniformizar a linguagem do seu grupo parlamentar. Efectivamente, o seu grupo parlamentar diz que não existem orçamentos suplementares nem orçamentos rectificativos e o Sr. Deputado utilizou, na sua intervenção, a expressão «orçamento suplementar».

Por outro lado, temos de acertar quais são as regras do jogo, se jogamos com as mãos ou se jogamos antes

com os pés. A mim parece-me que se deve jogar antes com a inteligência.

Neste momento, o que se passa é que não há vários orçamentos mas apenas um orçamento. É evidente que a terminologia da política orçamental adoptou — e foi a própria Assembleia que assim o consagrou — a figura do orçamento suplementar quando se trata de mais défice, quando se trata de derrapagens, e a figura do orçamento rectificativo quando se trata de meras alterações orçamentais ou quando se trata de rectificar o défice orçamental.

Neste caso, o Governo, tal como tinha feito no ano passado, apresentou uma rectificação ao Orçamento do Estado. Não há suplemento de mais défice, de mais financiamento da economia para o Estado. Há, sim, uma redução do financiamento da economia ao Estado.

Quanto aos reforços para os orçamentos da saúde e da educação, tais reforços enquadram-se exactamente no facto de eles serem sectores de primeira prioridade para o Governo!

Aqui juntaria a resposta à questão que o Sr. Deputado Ferraz de Abreu também me colocou.

VV. Ex.^{as} dizem que o Governo não considera prioritário o orçamento da saúde. Bom!... Mas neste caso posso contra-argumentar com uma prova evidente... os números. Veja-se o crescimento que teve e a afectação que foi feita, nos últimos quatro anos, para o sector da saúde! Em termos orçamentais houve, de facto, um esforço notável nesse sector, que se habituara a uma indisciplina gestonária, a uma certa actuação que levava a ver os orçamentos como os sacos onde se iam buscar as verbas quando elas faltavam.

O que se tem procurado nos últimos anos, de uma forma gradual, é fazer todas as unidades hospitalares, todos os centros de saúde, compreenderem que têm de se circunscrever às dotações de que dispõem. É muito difícil introduzir essa cultura de disciplina na Administração Pública — dificuldade que não acontece apenas no nosso país —, mas estamos a introduzi-la.

Este reforço decorre, como disse na minha intervenção, da possibilidade de, este ano, mesmo com redução do défice, se ter uma atenção muito especial com os sectores da saúde e da educação.

Finalmente, relativamente ao novo sistema remuneratório da função pública, é natural que haja insatisfação. Naturalmente que se perguntar a qualquer funcionário se gostaria de ganhar mais ele não lhe vai dizer que não gostaria de ganhar mais. O que o Governo pretende é introduzir incentivos ao mérito, à responsabilidade, à selectividade, à competitividade dentro da função pública.

A Administração Pública do final do século, em Portugal, tem de ser uma Administração Pública extremamente qualificada. O Governo não teve dúvidas nenhuma — e as próprias organizações sindicais acompanharam-no — em abrir o leque salarial. O Sr. Deputado Gameiro dos Santos deve estar — e está, com certeza — bastante desfasado nesta matéria. Por isso, aconselhava-lhe a leitura dos relatórios e das orientações políticas que mesmo os governos socialistas da Europa estão a tomar nesta matéria.

Portanto, Sr. Deputado, este Governo não governa para os sindicatos, para os funcionários ou para grupos especiais.

O Sr. Gameiro dos Santos (PS): — Não governa para ninguém!...

O Orador: — Governa para o País e para os Portugueses e tem a consciência de que está a tomar medidas estruturais, medidas de fundo, e não medidas demagógicas, como muitos governos, liderados pelo partido que V. Ex.^a representa, frequentemente tomaram, e cujas consequências agora estamos a sofrer.

Aplausos do PSD.

O Sr. Ferraz de Abreu (PS): — Ficámos com dúvidas sobre para quem é que o Governo está a governar.

O Sr. Presidente: — Para completar os esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais. Dispõe de um minuto e dois segundos, tempo que ainda resta ao Governo.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais: (Oliveira Costa): — Sr. Deputado Gameiro dos Santos, V. Ex.^a é uma pessoa inteligente e, necessariamente, interessada e empenhada em toda a problemática dos impostos sobre rendimentos. Por isso leu, certamente, os respectivos códigos.

Pena é que não esteja interessado em esclarecer ninguém, que esteja mais interessado em tirar partido demagógico de uma determinada situação. Por isso fez aqui alusão a um facto absolutamente característico no quadro fiscal português.

À demagogia o Governo responde com factos, e os factos são simples ... basta a leitura directa do Código do Imposto sobre Rendimentos.

Como o Sr. Deputado sabe, não podemos adivinhar o que é que as pessoas fazem durante o ano. Não sabemos se têm de ir ao médico e, portanto, se têm despesas de saúde, não sabemos se utilizaram profundamente as poupanças pessoais para a reforma, não sabemos se têm uma expressão significativa nas contas «Poupança-habituação» ... Tudo isso só o sabemos quando os contribuintes entregarem as respectivas declarações!

Quanto à retenção, Sr. Deputado, nos mecanismos de retenção na fonte está previsto que só se retem as verbas indispensáveis ao pagamento do imposto se outros factos — os que eu relatei — não tiverem expressão na vida corrente do contribuinte.

Os 28 milhões de contos que aí estão, Sr. Deputado, não têm nada a ver com o imposto pago a mais. Têm a ver com o patamar superior dos abatimentos, no limite dos limites, se todos os contribuintes cumprirem. E nós sabemos que não é assim! Por isso mesmo se consagrou uma verba de 50 % desse abatimento sem necessidade de qualquer documentação.

É isto, Sr. Deputado. Tudo o resto, para além disto, é mera demagogia, que não podemos deixar de lamentar.

Aplausos do PSD.

O Sr. Gameiro dos Santos (PS): — Fale verdade!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Gameiro dos Santos.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Explique lá melhor!...

O Sr. Gameiro dos Santos (PS): — Os senhores já estão incomodados, antes mesmo de eu começar!... É normal! Eu vou explicar e é bom que o Sr. Deputado veja se consegue também explicar aos seus amigos lá de Bragança, que bem precisa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ao apresentar à Assembleia da República a proposta de orçamento suplementar para 1989, o Governo vem assumir, formalmente, o erro que cometeu na previsão das receitas e despesas constantes do Orçamento do Estado de 1989 e conferir razão total às críticas então apresentadas pelo PS.

De facto, Sr. Secretário de Estado, era preciso mais inteligência e menos demagogia e erros na elaboração dos orçamentos.

Lamentavelmente, o Governo, contra a opinião dos partidos da oposição e de certos organismos internacionais, teimou em considerar que a inflação esperada para 1989 não ultrapassaria os 6,5 %, pervertendo, intencionalmente, a lógica de previsão das receitas e despesas do Orçamento.

E fê-lo com o objectivo demagógico de, por um lado, dar a entender que a carga fiscal seria inferior à efectivamente verificada e, por outro lado, transmitir a mensagem de prossecução de uma política de compressão das despesas públicas.

Mas vejamos em que se traduz esta proposta de lei no que se refere às receitas.

O aumento, na cobrança do IRS, de 12 milhões de contos (cerca de 4 % a mais do que o previsto) contraria, frontalmente, a mensagem de desagravamento fiscal transmitida demagogicamente pelo Governo.

Neste domínio, a situação é tanto ou mais grave quanto o Governo, sabendo há largos meses que a retenção na fonte de IRS sobre os rendimentos do trabalho dependente, por via de aplicação das tabelas práticas, estava a originar pagamentos excessivos de imposto, não foi capaz de, atempadamente, proceder à correcção das referidas tabelas de forma a evitar que os Portugueses tenham sido obrigados — repito, tenham sido obrigados — a fazer um autêntico empréstimo forçado ao Estado de cerca de 28 milhões de contos. E o Sr. Secretário de Estado já em meados do Verão sabia disso, por isso é que há pouco o acusei de não estar a falar verdade.

Na prática, o Governo e o PSD vêm argumentar que o pagamento em excesso será compensado pelo reembolso a efectuar em 1990, mas, curiosamente, não vai compensar os contribuintes com os juros a que teriam direito (que rondariam cerca de 3,5 milhões de contos), já que esta cobrança excessiva se deve, pura e simplesmente, a erro do Governo.

Aliás, é bom referir que, mesmo sem a alteração das tabelas práticas, teria sido possível ao Governo atenuar esta situação suspendendo a aplicação das referidas tabelas em relação às remunerações de Dezembro e subsídio de Natal, de acordo, aliás, com a proposta apresentada pelo PS.

O imposto sobre os produtos petrolíferos aumenta em 10 milhões de contos, cerca de 5 % da previsão inicial, demonstrando a falta de fundamento para a revisão excessiva dos preços dos combustíveis verificada no ano de 1989. Enquanto pela Europa fora os preços dos combustíveis estabilizaram ou até diminuíram, em Portugal o aumento continua em «bom ritmo».

O Sr. Presidente: — Queira terminar, Sr. Deputado.

O Orador: — O IVA aumenta em 12 milhões de contos, cerca de 5 % da previsão inicial e, porventura, ainda aquém da cobrança normal de 1989. Neste caso, o Governo tem sistematicamente efectuado previsões por defeito com o único objectivo de reduzir as verbas do

Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) a transferir para as autarquias locais? Mas uma vez o Governo como o apóio e cúmplice do PSD, recusa a proposta apresentada pelo PSD de reforço do FEF em cerca de 3 milhões de contos, contrariando o disposto no nº 1 do artigo 49.º da Lei nº 11/87 — Lei das Finanças Locais — e provocando situações de grave desequilíbrio financeiro às autarquias, com especial significado naquelas em que o FEF representa a parte principal das receitas. Mas a aplicação, a partir de Outubro de 1989, do novo sistema remuneratório da função pública vai acarretar às autarquias um esforço financeiro significativo que deveria ser compensado pelo reforço do FEF e, portanto, não.

Mas o Governo presta-se para, mais uma vez, fazer da solidariedade uma palavra vã. A política de asfixia financeira das autarquias prossegue com mais este atentado ao poder local.

Sr. Presidente, Srs. Deputados! Mas, afinal, que razões apresenta o Governo para justificar esta proposta de orçamento suplementar?

Na exposição de motivos o Governo refere, não essencial, que esta proposta de orçamento suplementar visa: primeiro, a redução do défice orçamentado; depois, a

O Sr. Presidente: Queira terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Segundo, o reforço de meios financeiros para reforçar os programas e iniciativas dos sectores da educação e saúde; terceiro, o reajustamento das verbas para satisfazer os encargos com o novo sistema retributivo da função pública.

Mas será que, efectivamente, os objectivos enunciados condizem com a realidade? É evidente que não!

Em relação ao défice já tive oportunidade de fazer referência a este assunto na questão que coloquei há pouco ao Sr. Secretário de Estado.

Quanto às verbas destinadas aos sectores da saúde e da educação, pergunto que coloquei a cuja resposta foi deveras elucidativa, revelou: que, de facto, (foi um erro de previsão) que o Governo fez com o prejuízo que daí adveio para os hospitais, e estabelecimentos de ensino; lamentavelmente, o Governo, em relação ao novo sistema retributivo da função pública, pôs em prática um sistema que foi definido de forma arrogante, e sem, dia, lugar, devidamente, com as estruturas sindicais, pelo que é um sistema que agrava substancialmente as desigualdades sociais.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Inscreveram-se para formular pedidos de esclarecimento os Srs. Secretários de Estado dos Orçamentos e dos Assuntos Fiscais; no entanto quero lembrar que o Governo dispõe de 2,1 minutos e que o PSD dispõe de 1,3 minutos.

O Sr. Gameiro dos Santos (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpellar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado? O

O Sr. Gameiro dos Santos (PS): — Sr. Presidente, gostaria de saber por que razão é que fui interrompido pelo Sr. Presidente mais de uma vez? Penso que tinha esgotado o meu tempo, porém constato que ainda tenho tempo disponível.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, tem toda a razão! Penso que o Sr. Deputado estava a usar da palavra para pedir esclarecimentos, pelo que lhe dei a atenção. Peço-lhe desculpa por ter, como sempre, um pouco de dificuldade para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Orçamentos e Assuntos Fiscais.

O Sr. Secretário de Estado do Orçamento: — Sr. Deputado Gameiro dos Santos, confesso-me um pouco perplexo com a sua intervenção, porque o senhor, porta-voz da política económica do PS, quiza Ministro da Economia e das Finanças dos governos-sombra do PS, voltou a incorrer em lapsos terminológicos.

Afinal quem tem razão? É o Sr. Deputado Gameiro dos Santos quando fala em orçamento suplementar ou a Sr.ª Deputada Helena Torres Marques quando diz que não há orçamentos suplementares nem rectificativos? Gostaria que me esclarecesse esta questão.

Em segundo lugar, em que é que ficam? Querem ou não mais reforços financeiros para as áreas da saúde e da educação? Querem ou não maior qualidade, mais modernização, mais responsabilidade na Administração Pública? Em que é que fica, afinal, a política do PS para estes sectores?

E que ao ouvir o Sr. Deputado Gameiro dos Santos, porta-voz da economia do PS, não se sabe bem o que se pretende.

Perante este debate, perante as discussões feitas na Comissão de Economia, Finanças e Plano e perante a ausência de questões durante a fase de elaboração dos relatórios pela Comissão, o Governo fica sem saber em que águas para o PS nesta matéria.

Era esta a questão que gostaria de colocar, porque desta forma o País não ganha nada com as pretensas — como ouvimos na conferência de imprensa — proposições negativas do PS a estas propostas do Governo.

Vozes do PSD: Muito bem!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Gameiro dos Santos, havendo mais um orador inscrito para pedidos de esclarecimento, V. Ex.ª deseja responder já ou não? Sim? Não?

O Sr. Gameiro dos Santos (PS): — Não, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Então, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, que dispõe de tempo cedido pelo PSD.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais: — O Sr. Deputado Gameiro dos Santos referiu-se há pouco a 4 milhões de contos, dizendo que isso significava agravamento, o que contrariava a tese do Governo do desagravamento. Não se entende! Efectivamente, o Sr. Deputado confunde a evolução normal da receita em função da dinâmica económica com agravamento.

Já dissemos e vamos demonstrar que há, efectivamente, desagravamento. Aliás, a opinião pública, em mais de 70%, já reconhece que assim é. Ainda bem! O Sr. Deputado é quem não entende. Quanto à questão da retenção na fonte, também darei ao Sr. Deputado um claro e inequívoco esclarecimento: Eu há pouco, quando aludi aos seus dotes de inteligência!

enganei-me: é que, de facto, o senhor podia não ter lido, como não leu, mas eu expliquei-lhe, e como lhe expliquei e não entendeu e insiste na questão de facto, perante isso, só posso concluir que me enganei! ...

No que toca ao problema do IVA, o Sr. Deputado, mais uma vez, não entende destas coisas!... As previsões são previsões e, como tal, podem enganar! ...

O Sr. Deputado esqueceu-se, por exemplo, de que em 1987 nós previmos para o IVA uns largos milhões de contos a mais e, consequentemente, transferimos para as autarquias a verba correspondente. Ora, é óbvio que depois não lha fomos pedir ..., porque é assim mesmo; uma previsão é uma previsão!

Mas, por outro lado, o Sr. Deputado, quando disse que estamos a esganar as autarquias, esqueceu-se também de que a evolução das receitas das autarquias entre 1985 e 1990 aumentará 10 vezes. Penso que V. Ex.^a deveria ter isto claramente presente para depois não levantar questões que, de facto, nós temos dificuldade em compreender como é ainda possível alguém colocar!

Este é, pois, o problema que coloco à sua consideração, Sr. Deputado.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, encontra-se a assistir à sessão um grupo de alunos do Externato de São José, de Lisboa, acompanhados pelos seus professores, para os quais peço a nossa habitual saudação.

Aplausos gerais.

Para responder aos pedidos de esclarecimento que lhe foram formulados, tem a palavra o Sr. Deputado Gameiro dos Santos.

O Sr. Gameiro dos Santos (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Bom, para além das manifestas faltas de educação, que o Sr. Presidente deveria ter tido em devida conta, dos Srs. Secretários de Estado do Orçamento e dos Assuntos Fiscais, ...

Protestos do PSD.

... que, aliás, já não nos admiram, pois essa é a prática do Governo, vou responder com a dignidade que esta Casa exige.

Quanto ao Sr. Secretário de Estado do Orçamento gostaria de dizer que o senhor demonstrou hoje aqui que, de facto, nunca é nem será candidato a Ministro das Finanças deste país.

De facto, o senhor teve azar. É que, se o Sr. Primeiro-Ministro não tivesse ido à Televisão na semana passada, se calhar o Sr. Secretário de Estado podia ser candidato a Ministro das Finanças, mas não é ...

O Sr. Secretário de Estado do Orçamento deu aqui, de facto, um exemplo triste do que é um governante e da falta de capacidade para algum dia ser Ministro das Finanças deste país.

Protestos do PSD.

No que se refere às questões que colocou, lamento que, para além da falta de inteligência que revelou, o senhor, acima de tudo, tenha, de uma forma deliberada, faltado à verdade.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado ...

O Sr. Gameiro dos Santos (PS): — Desculpe, Sr. Presidente, mas as coisas têm de ser ditas na altura própria.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Gameiro dos Santos, em linguagem política é legítimo dizer coisas relativamente «fortes», porém quando se trata de linguagem pessoal costume intervir ...

O Sr. Ferraz de Abreu (PS): — Mas foi dito pelo Sr. Secretário de Estado a mesma coisa!

O Orador: — Sr. Presidente, estou a responder ao Sr. Secretário de Estado e gostaria de terminar.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Orador: — Gostaria de dizer que o Sr. Secretário de Estado, em relação ao aumento de despesas com a Saúde, faltou à verdade, porque já no ano passado era sabido que, por via do erro clamoroso na previsão da inflação, as despesas com a saúde iriam ser superiores. Toda a gente sabe que o problema da saúde é de estrangulamento financeiro dos hospitais, tem a ver com despesas correntes e não com novos programas, e o Sr. Secretário de Estado está aqui deliberada e intencionalmente a tentar iludir uma questão que é conhecida do povo português.

Quanto ao Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, não lhe faço outros comentários a não ser dizer-lhe que lamento que o senhor esteja a esquecer-se das afirmações que fez numa reunião da Comissão de Economia, Finanças e Plano em meados deste ano — e alguns dos deputados aqui presentes também estiveram nessa reunião —, quando confirmou que as tabelas práticas tinham sido elaboradas por excesso e que, de facto, havia contribuintes que estavam a pagar mais do que aquilo que deviam.

O Sr. Secretário de Estado afirmou isto em meados de 1989 e agora vem aqui remeter-se à mera aplicação dos mecanismos do Código do IRS. Isto é, de facto, verdadeiramente lamentável, pois o Sr. Secretário de Estado teve tempo, mais do que suficiente, para propor uma suspensão ou uma correcção das tabelas práticas para os dois últimos meses deste ano, contudo não o fez.

É lamentável, mas, para além de faltar à verdade, o Sr. Secretário de Estado não procedeu, do meu ponto de vista, da melhor forma.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, gostaria de transmitir à Câmara uma reflexão que fizemos na conferência de líderes e que resumirei da seguinte forma: tudo menos deixar «espiralar» a linguagem.

Os Srs. Secretários de Estado do Orçamento e dos Assuntos Fiscais pedem a palavra para que efeito?

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais: — É para defesa da honra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Nestas circunstâncias, seria determinado a perguntar quais os motivos por que desejam defender a honra, mas julgo que não vale a pena fazê-lo.

No espírito e na letra do Regimento, dou a palavra, para exercer o direito de defesa da honra, ao Sr. Secretário de Estado do Orçamento.

Convém ainda referir que quer em relação às receitas quer em relação às despesas se coloca o problema da chamada tipicidade orçamental, ou seja, não pode haver nem receitas nem despesas que não estejam inscritas no Orçamento. Mas esta tipicidade tem diferente natureza. No orçamento das receitas, só a espécie de receitas é que está

condicionada, e não o montante orçado, que não é vinculativo, ou seja, a cobrança pode exceder a previsão, que é uma mera estimativa, e não uma autorização quantificada. Já no orçamento das despesas, estas não podem exceder o montante máximo que consta do Orçamento.

O Orçamento do Estado de 1989 consagrava uma política orçamental de apoio ao crescimento sólido e seguro da economia portuguesa, conseguindo o compromisso entre uma estratégia de redução do défice orçamental e a necessidade de modernizar o País.

Além disso, o Orçamento do Estado para 1989 é marcado por uma reforma importante: a reforma fiscal, orientada no sentido do alargamento da base de tributação, da simplificação do aumento da eficiência administrativa e do processo de recolha de receitas, envolvendo a substituição de um grande número de impostos cedulares por um imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) e um imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC). Com esta reforma, passa a haver um menor desfasamento entre o recebimento dos rendimentos e o pagamento da respectiva importância, o que, conjugado com o aumento da base tributária, conduziria a um aumento das receitas fiscais.

Obviamente que esta reforma complicou os cálculos das projecções da receita fiscal. Se, em anos normais, calcular as receitas fiscais trazia naturais dificuldades, com a reforma fiscal as dificuldades são acrescidas.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A proposta de lei n.º 116/V vem dar mais ênfase ao objectivo proposto no Orçamento inicial de 1989, porque confirma, por um lado, a continuação do bom andamento da economia — o quarto ano consecutivo de progresso — e, por outro lado, reforça aquilo que o Governo havia proposto: a redução do défice orçamental.

Isto é tanto mais significativo quanto houve um esforço enorme para acabar com os défices ocultos e proceder à regularização das dívidas acumuladas de várias entidades do sector público. Além disso, o financiamento do défice passou a ser feito predominantemente no mercado, às taxas de juro correntes, o que, portanto, se traduziu numa elevação do custo relativo da dívida pública.

Convém realçar alguns aspectos importantes desta proposta:

Primeiro, o défice inicial do Orçamento do Estado para 1989 baixa 15,8 milhões de contos.

Segundo, do lado da receita há um acréscimo de 91,3 milhões de contos, o que se deve — e convém realçar isso novamente — ao bom andamento da economia e à eficácia da administração fiscal. Poderemos considerar que haverá alguma prudência nas projecções, mas os resultados, se tal acontecer, serão positivos para a economia portuguesa, porque farão diminuir ainda mais o défice orçamental.

Terceiro, do lado das despesas reforçam-se verbas em sectores definidos como prioritários e de relevância social, como a saúde e a educação em 42 milhões de contos. É reforçado ainda o orçamento do Ministério das Finanças em 25 milhões de contos, para satisfazer os aumentos decorrentes do novo sistema remuneratório da função pública e da antecipação da revisão salarial anual em 12 %;

Quarto, passa a permitir-se a mobilização de créditos e outros activos financeiros, mediante a sua conversão em capital social ou estatutário das empresas devedoras. Além disso, permite-se que o Estado possa realizar aumentos de capital de uma empresa mediante a entrega de activos financeiros e ainda a alienação de créditos de que seja

titular, desde que se trate de operações enquadradas em processos de reescalonamento de dívidas de outros países nas condições correntes do mercado.

Não vale a pena falar do passado em termos de indisciplina financeira — é, infelizmente, do conhecimento de todos! ... —, mas vale a pena reforçar e apoiar o Governo, que mais uma vez apresenta alterações que visam diminuir o défice inicialmente proposto. Este é o quarto ano consecutivo sem derrapagem orçamental e o segundo ano consecutivo em que há melhoria significativa entre o défice do orçamento inicial e o défice final realizado. Mais: é o segundo ano consecutivo com um saldo primário positivo, outra inversão fundamental a que, infelizmente, não estávamos habituados e que conduzirá à redução, obviamente gradualista, do peso da dívida pública.

Este é o caminho certo. Esta é a política orçamental correcta.

Aplausos do PSD.

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Maia Nunes de Almeida.

O Sr. Presidente: — Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, a interpelação que faço é no seguinte sentido: o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português apresentou à Mesa, na passada terça-feira, uma proposta de alteração à proposta de lei, tendo em vista um reforço do Fundo de Equilíbrio Financeiro em 3,08 milhões de contos. Têm estado a ser distribuídas propostas, incluindo uma da nossa autoria entregue hoje, mas não aparece a proposta entregue na terça-feira.

Solicito à Mesa que tome as providências necessárias a que essa proposta seja distribuída aos diversos grupos parlamentares.

O Sr. Presidente: — Assim se fará, Sr. Deputado. Entretanto, como V. Ex.ª é o próximo orador inscrito para intervir no debate, tem de novo a palavra.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Não vale a pena voltar à questão dos orçamentos suplementares ou não suplementares e rectificativos. E julgo que a Comissão de Economia, Finanças e Plano já há muito tempo estabeleceu doutrina sobre a matéria. Há apenas alterações orçamentais, de acordo, aliás, com a alteração introduzida na Constituição em 1982.

Antes disso, sim, havia orçamentos suplementares.

Em relação à proposta de lei que o Governo nos apresenta, julgo que, inversamente àquilo que já aqui foi referido pelo Sr. Secretário de Estado do Orçamento e pelo Sr. Deputado Carvalho Martins, um aspecto relevante desta proposta de lei é que houve uma derrapagem do Governo na execução orçamental.

A derrapagem não pode ser considerada derrapagem apenas quando há mortos. Uma derrapagem é quando há derrapagem. Pode haver mortos, pode haver feridos ou pode haver nada, mas há derrapagem.

O facto é que temos aqui uma derrapagem da ordem dos 55 milhões de contos na execução orçamental das despesas correntes do Estado em 1989, concretamente a necessidade de reforço de dotações para o Ministério da

«Saúde na parte correspondente aos 27 milhões de contos, a necessidade de reforço de dotações para o Ministério da Educação no montante de 13 milhões de contos, uma parte da dotação de 24 milhões de contos para despesas com pessoal a nível geral, a parte correspondente à compensação do IRS ou do IVA, todas elas por má avaliação e, em boa parte, todas elas, ou pelo menos, as do Ministério da Educação e do Ministério da Saúde, decorrentes de uma outra derrapagem do Governo, da derrapagem da inflação...»

O Sr. Secretário de Estado do Orçamento: — Está bom para fazer previsões para o totobola.

O Orador: — Sr. Secretário de Estado, eu admito — e estamos habituados a eles nesta Assembleia — todos os apertes quando alguém fala, mas não aceito e não lhe admito apertes do jaez daqueles que têm estado a fazer. Aqui não há problemas de totobola! Aqui está em causa uma proposta de alteração ao Orçamento do Estado, que o Governo apresentou, e em que há falta de seriedade e de rigor, tal como, de resto, nas propostas anteriores.

Mas dou um segundo exemplo. Os grupos da oposição, em 15 de Dezembro de 1988, apresentaram à esta Câmara uma proposta de alteração da previsão de cobrança do IVA no valor de 444 milhões de contos. O Governo e o PSD resolveram deixar inscritos os 419 milhões de contos. O Governo propõe agora 431 milhões de contos. A Comissão de Economia, com toda a razão, continua a considerar que é excessivamente prudente essa previsão de cobrança. Isto é de facto, as cobranças poderiam e deveriam ser apresentadas com muito mais rigor, se não fosse a intenção governamental de, pura e simplesmente, vir fazer demagogia para a Assembleia da República, quando apresenta as alterações orçamentais, dizendo que o aspecto mais importante é a diminuição do défice?

Continuem a subavaliar, como subavaliaram, em mais de uma centena de milhões de contos as receitas orçamentais, pois, assim, sempre que tiverem alterações ao Orçamento, é evidente que terão diminuição de receita, mesmo que sejam acompanhadas com aumentos de despesa da ordem dos 75 milhões de contos. Assim, terão sempre, nominalmente, reduções dos défices orçamentais, porque, economicamente, é evidente que não reduzem nem um tostão, na medida em que a despesa aumenta e as receitas são as que são, não porque o Governo tenha feito isto ou aquilo, mas porque os Portugueses tiveram de pagar os impostos a que foram obrigados pelo Governo.

O Sr. Gameiro dos Santos (PS): — Muito bem!

O Orador: — Finalmente, já aqui foi referido. Nós reafirmamos — embora nós próprios já o tivéssemos referido também várias vezes — que os Portugueses têm estado a ser sujeitos a um empréstimo forçado por parte do Governo em sede de IRS, e o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais há pouco disse: «Não ..., aqueles 28 milhões de contos não é nada daquilo ...; aquilo é por causa apenas do problema dos abatimentos e deduções ... ninguém sabe se vai ficar doente; se não vai ficar doente ...; se vai haver deduções ...»

Não, Sr. Secretário de Estado ou V. Ex.ª, quando há pouco referiu isso, não falou verdade ou, então, o relatório do Orçamento para 1990, que o Governo apresentou à Assembleia da República está incorrecto. É que essa parte

a que o Sr. Secretário de Estado se refere são apenas 8 dos 28 milhões de contos.

De facto, os Portugueses têm estado a pagar mais do que deviam em termos de IRS, visto é, estão a descontar mais mensalmente do que deviam.

O Sr. Gameiro dos Santos (PS): — Essa é que é a verdade! Mas o compromisso de pagar mais do que deviam é o compromisso que o Estado tem com os Portugueses.

O Orador: — Aliás, em Abril de 1989, em sede de Comissão de Economia, Finanças e Plano, a questão foi colocada e o Sr. Secretário de Estado afirmou, peremptoriamente: «Temos consciência disso. Estamos apenas à espera de ter as cobranças do primeiro semestre para, depois, procedermos às alterações das tabelas práticas, de acordo com os resultados que forem obtidos!»

Até hoje, não foi feita nenhuma alteração e, mais do que isso, o Sr. Secretário de Estado e o Governo prevêem que já afirmaram na Comissão de Economia...

Aplausos do PS e do PCP. ... que vão continuar a manter o mesmo esquema nos anos seguintes, designadamente em 1990, o que é inadmissível.

Nesse sentido, tomando em linha de conta um projecto de lei que entregámos na Mesa e que ainda não foi apreciado, porque não houve oportunidade de agendamento, na sequência desse mesmo projecto de lei — dizia eu — é porque agora já estamos em meados de Novembro, apresentamos uma proposta de alteração para que não seja retida na fonte para o trabalhador dependente o IRS correspondente ao mês de Dezembro, isto para tentar fazer a compensação possível, dada a impossibilidade de compensar já no ano de 1989 o IRS que os Portugueses estão a pagar a mais.

Em segundo lugar, para além de a receita do IVA continuar a ser subavaliada — e nós veremos que, no final do ano ela se vai aproximar dos 460 milhões de contos — há um aspecto que é preciso ter em consideração, que é o da alteração à inscrição de previsão de cobrança do IVA proposta pelo Governo. Ora, e como muito bem o Sr. Secretário de Estado do Orçamento há pouco referiu, a Lei das Finanças Locais diz: «[...] apenas existe um orçamento.» Logo, pode haver alterações, mas o orçamento é só um, embora com essas alterações incorporadas, desde que existam.

A Lei das Finanças Locais diz igualmente que o FEF deve ser calculado com base nas previsões de cobrança. Assim, a partir do momento em que esta proposta governamental seja aprovada, a proposta de cobrança do IVA constante do Orçamento é de 431 milhões de contos, e não de 419; a partir desse momento, é legalmente exigível que seja rectificado o Fundo de Equilíbrio Financeiro em 3,08 milhões de contos. É nesse sentido que apresentamos a nossa segunda proposta, isto é, o reforço do FEF em 3,08 milhões de contos, para se cumprir, pura e simplesmente, aquilo que a lei impõe, ou seja, para que o Governo possa submeter-se à legalidade que existe no nosso país.

Aplausos do PCP.

O Sr. Gameiro dos Santos (PS): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, aproveito para levar ao vosso conhecimento que se encontra entre nós um grupo de alunos da Escola n.º 2 da Torre da Marinha,

Seixal, e outro do Centro de Ocupação Psicopedagógica de Lisboa e seus professores, para quem peço a nossa habitual saudação.

Aplausos gerais.

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Vieira de Castro.

O Sr. Vieira de Castro (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo: Sr. Deputado Octávio Teixeira, estava longe de pensar que, a propósito de uma alteração do Orçamento de 1989, a oposição estivesse metida em tão maus lençóis.

Compreendi que o PS tinha passado um mau bocado quando se permitiu apresentar uma moção de censura ao Governo, porque fê-lo completamente a despropósito, mas não imaginava — dizia eu — que, a propósito desta pequena alteração ao Orçamento de 1989, VV. Ex.^{as} estivessem a experimentar tamanhas dificuldades.

Disse que estranhei, mas compreendo essas dificuldades. É que, de facto, só nos anos em que o Sr. Prof. Cavaco Silva foi Ministro das Finanças e Primeiro-Ministro é que o défice do Orçamento do Estado foi cumprido e, mais do que isso, já em dois anos consecutivos o Governo do Sr. Prof. Cavaco Silva vem apresentando alterações aos Orçamentos do Estado, no sentido da redução do défice.

VV. Ex.^{as} dizem que tal se deve à prudência na previsão das receitas, mas, porventura, a prudência na previsão das receitas é algo de criticável? Não, não é! E bem anda o Governo ao proceder assim.

Acontece também — e isso VV. Ex.^{as} têm-se esquecido de referir e era importante que o fizessem — que o Governo tem-se enganado a prever o crescimento económico. De facto, o crescimento económico tem sido superior àquilo que o Governo tem fixado e, por essa razão, o consumo também tem sido superior, e, naturalmente, as receitas, nomeadamente do IVA, ultrapassam aquilo que é previsto... V. Ex.^a, Sr. Deputado Octávio Teixeira, sabe que esta é uma das razões.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A outra razão corresponde ao esforço do Governo no sentido de modernizar a administração fiscal. Tivemos, no passado, a permissividade. Contávamos, porventura — ia eu a dizer pelos dedos de poucas mãos —, aqueles que pagavam impostos e agora há cada vez mais portugueses a pagar impostos.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais diz e bem: «É preciso que paguemos todos para que cada um de nós possa pagar menos.» Este é o grande objectivo da reforma fiscal e, quer os senhores queiram quer não, está atingido.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Deputado Octávio Teixeira, fiquei surpreendido com a timidez da proposta do Partido Comunista no sentido da suspensão da cobrança do IRS só em Novembro e Dezembro. Ora, como VV. Ex.^{as} não têm qualquer responsabilidade na governação — nem irão jamais tê-la! —, bem poderiam, inclusivamente, ter proposto a suspensão da retenção do IRS desde o dia 1 de Janeiro de 1989.

Aplausos do PSD.

O Sr. Gameiro dos Santos (PS): — Afinal não há maré vermelha!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Octávio Teixeira, como há mais pedidos de esclarecimento, eu gostaria de saber se V. Ex.^a deseja responder agora ou no final.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — No final, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Com certeza, Sr. Deputado.

Entretanto, informo o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares de que estão também inscritos para pedir esclarecimentos outros membros do Governo e que este apenas dispõe de cerca de cinco minutos.

Tem V. Ex.^a a palavra, Sr. Ministro.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares (Dias Loureiro): — Sr. Presidente, é para um pedido de esclarecimento extremamente breve ao Sr. Deputado Octávio Teixeira.

V. Ex.^a, Sr. Deputado, reagiu com irritação e até com alguma veemência a alguns comentários que julgou ter ouvido: ao Sr. Secretário de Estado do Orçamento, na altura da sua intervenção. Mas V. Ex.^a não podia ter ouvido mais do que eu ouvi, porque eles foram-me dirigidos. E, já agora, vou repetir-lhe, e também para a Câmara, aquilo que o Sr. Secretário de Estado disse.

Assim, o primeiro comentário que fez foi o de dizer: «Isso são números de Junho!»; o segundo, acerca de uma previsão acertada que V. Ex.^a reivindicava para si e para o seu grupo parlamentar, foi: «Quem assim acerta podia fazer previsões para o totobola!»

Foram estes os dois comentários a que V. Ex.^a reagiu com tanta veemência, dizendo mesmo que não admitia este tom e estes apartes no debate parlamentar...

Desejava, portanto, perguntar a V. Ex.^a se considera, de facto, que estas expressões concretas têm cabimento no direito regimental do «aparte».

E era bom sabermos isso para que se fosse fazendo jurisprudência sobre qual é ou deve ser o conteúdo deste direito regimental, porque, Sr. Deputado, se cada vez que a sua bancada faz apartes — e nós estamos aqui muito perto e podemos ouvi-los — a intervenções de membros do Governo, nós reagíssemos com a indignação com que V. Ex.^a há pouco reagiu, a nossa indignação não cabia, certamente, nesta Sala.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Orçamento.

O Sr. Secretário de Estado do Orçamento: — Sr. Deputado Octávio Teixeira, a propósito das previsões e do conteúdo das receitas do IVA relativamente aos montantes do Fundo de Equilíbrio Financeiros, V. Ex.^a entra, mais uma vez, em contradição profunda, porque, se a sua tese deste ano fizesse vencimento — e não fará —, então, a sua tese apresentada aqui o ano passado estava totalmente errada.

Recordo-me, com efeito, de que no ano passado foi discutida aqui a matéria do cálculo do FEF relativamente ao cálculo do IVA e ficou bem claro que era a previsão inicial do cálculo do IVA do Orçamento que contava para o cálculo do FEF, e não, como está neste momento a acontecer, a estimativa em sede de execução do Orçamento.

Apenas recordo — porque às vezes as memórias são curtas, especialmente as dos Srs. Deputados do Partido Comunista — o Acórdão n.º 317/89 do Tribunal Constitucional, que diz, muito simplesmente, que o que acontece nas propostas de alteração do Orçamento é a alteração do Plano, aprovado e em execução. Como quem o executa é o Governo, logo as alterações propostas são as que se entenderem necessárias para assegurar a mais correcta execução do Orçamento.

Muito rapidamente, o que acontece — e ia apenas citar uma frase, mas todo o acórdão é bastante explícito — é que, no caso de alteração do Orçamento, já se não está numa fase de previsão, nem se pretende traçar um plano financeiro global; tem-se apenas a pretensão de alterar um Plano já elaborado. E neste caso, o constitucionalista, e o legislador, foi muito sábio, porque senão poderia acontecer uma situação perfeitamente inverosímil, que era a de o Governo alterar a previsão de execução do IVA em Novembro ou Dezembro, e, nessas circunstâncias, se venesse a tese do Sr. Deputado Octávio Teixeira, as autarquias teriam de devolver ao Governo as transferências que receberam a mais durante o ano, a título do FEF. Era a total inverosimilhança do sistema; era o caos nas finanças locais.

Não queremos isso; muito obrigado.

Vozes do PSD: — Muito bom, muito bom.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, têm a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais: — Muito brevemente, vou tentar esclarecer o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Deputado referiu que não havia inscrição ou que não se referenciou sequer o problema da contribuição industrial, imposto profissional e complementar, secções A e B, designadamente. O Sr. Deputado esquece-se de que, no ano passado, o Governo apresentou este quadro, onde tudo isso está explicitado.

Em relação ao problema das previsões, devo dizer, uma vez mais, que o Sr. Deputado vem com a ideia de que há aqui uma outra prudência. A prudência não faz mal a ninguém, Sr. Deputado, e é bom que assim seja para não voltar a acontecer o que aconteceu aquando da discussão do Orçamento de 1987, em que o Partido Comunista, que na altura tinha condições para fazer vencer certas posições, acabou por empolar receitas, que, quando chegou ao fim de 1987, ficaram abaixo das que se previam. Não é correcto proceder-se, assim.

As receitas — e é uma medida universal — devem ser previstas com alguma segurança, sob pena de estarmos a tropeçar em dificuldades; alter, designadamente, de cortar despesas, a fim de poder contê-las dentro das receitas que se alcançam. Isto é trabalhar ao inverso do que dever ser: a disciplina orçamental.

Quanto à referência que fez no que respeita às minhas afirmações proferidas em Abril, devo dizer-lhe que não enjeito o que disse, mas corrijo o que o Sr. Deputado disse. Na altura, sublinhei que, se houvesse razões para «mexer» nas tabelas de retenção, elas seriam «mexidas». Efectivamente, saiu a Circular n.º 8/89 — que o Sr. Deputado já referiu mais de uma vez —, que foi enviada a todas as empresas que processam vencimentos, dizendo

que podiam optar pela tabela de retenção «única» titular, porque corresponde, quase ao escudo, às retenções que as pessoas terão de fazer.

Portanto, a correcção foi feita e a circular enviada para todas as empresas. Na ocasião, também referi que, mesmo que houvesse alguma diferença, se porventura não tivessem aproveitado essa oportunidade, havia um mecanismo previsto no código em que no mês de Dezembro as empresas podiam englobar tudo o que pagaram aos seus empregados, e reter só e na medida em que aí está previsto.

Os 28 milhões de contos — uma vez mais vêm aí fraseados — têm a ver com os limites máximos, incluindo a parte dos seguros. E é evidente que não pode haver dois milhões de pessoas a fazer seguros, nem coisa que o valha, mas dentro da boa prudência e para compensar o que não podemos adivinhar, tais como as despesas de doença não reembolsadas aos cidadãos, os PPR (poupança pessoal para a reforma) e as contas «Poupança-habitação», está aí tudo englobado. É bom que se tenha isto presente, porque, quanto a mim, não vai haver necessidade de devolver nada que se prenda com isto, mas é um valor de referência que deve efectivamente ser ponderado, e ainda, no quadro global das receitas, é um valor, mais uma vez, de prudência que devemos assumir claramente.

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira, que dispõe de um minuto.

O Sr. Deputado Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Deputado, Vieira de Castro, verifico que não está presente na Sala. De facto, preocupa-se mais com a «apresentação de serviço» do que com o debate (inteligente). Fez a «apresentação do seu serviço» e foi-se embora. Fêz bem. Olá, Sr. Ministro.

Passemos ao Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares. Sr. Ministro, eu disse, na altura, e repito-o, que não tenho qualquer objecção aos «apartês» dentro de alguns limites, como é evidente. O Sr. Ministro terá a mesma ideia, com certeza. Repare-se, por exemplo, que, quando o Sr. Ministro disse, num aparte, que era com base nos valores de Junho, eu até lhe respondi, com um sorriso: «Não, por acaso é bastante posterior. São valores muito mais actuais».

A questão que estávamos a discutir tem a ver com o problema da previsão de cobranças. É evidente que isso não é um totobola. Neste contexto, o totobola não é aceitável. Desculpe, mas não é, porque o totobola significa marcar a sorte, atirar para os 311 ou 312. Não é à sorte! É com base — e tive oportunidade de explicá-lo — nos próprios pressupostos que o Governo apresentou no relatório do Orçamento. Nesses termos, não aceito esse tipo de comentário.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Mas não é legítimo? O Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Orador: — Não é legítimo, porque não é real; não tem fundamento, porque a proposta a que me referi está toda ela e não apenas o valor, explicada em relação aos valores.

O Sr. Secretário de Estado do Orçamento: — E o IVA de 1987?

O Orador: — Dá-me licença que continue, Sr. Secretário de Estado? É porque, de facto, tenho pouco tempo para intervir.

Sr. Secretário de Estado do Orçamento, vamos «pôr os pontos nos ii» para que tudo fique claro?!

Quanto à questão colocada aquando da discussão do Orçamento do Estado para 1989, sobre qual deveria ser a evolução do FEF, disse-lhe que tinha de ser com base no ponto de partida do Orçamento inicial de 1988. Disse-o claramente. Porquê? Porque quando foi apresentada a proposta de alteração orçamental, em 1988, o Governo não quis fazer a actualização do FEF. Havendo a alteração do IVA, não houve a compensação em termos do FEF. Logo, é evidente que, para o cálculo do FEF, tem de se partir do Orçamento inicial, logicamente. Portanto, não há qualquer contradição com o que refiro neste momento.

De acordo com a nossa análise da lei — e penso que é a interpretação correcta —, o FEF deve ser actualizado. Se a actualização acontecer para o ano de 1990, a sua base será 431 milhões de contos. Se o Governo e o PSD se mantiverem em não aceitar esta alteração, que é legal, é uma exigência da lei, é evidente que para 1989 a base tem de ser 419 milhões de contos.

Repare que, em qualquer dos casos, o valor do FEF em 1989 será sempre o mesmo. Isso convém ficar claro, para que não se pense que há compensação. Não há qualquer compensação para as autarquias locais; estas são sempre prejudicadas.

Vozes do PSD: — Não é verdade!

O Orador: — Passo a responder, rapidamente, ao Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, dizendo-lhe que não colocamos o problema da prudência na previsão das cobranças.

Quando há pouco falei em prudência, referi o próprio relatório da Comissão de Economia, Finanças e Plano, que aludiu a «excessiva prudência». E bem se compreende que um relatório, que é aprovado por todos os grupos parlamentares, incluindo o PSD, tenha de utilizar certas palavras. Mesmo assim refere «excessiva prudência», o que me parece claro.

Por conseguinte, do nosso ponto de vista, o problema não é o da prudência, mas, sim, o de subavaliar conscientemente as previsões de cobrança. Prudência, sempre! Ahamos absolutamente correcto e defendemos que haja prudência na previsão de receitas. Agora, não se confunda prudência com subavaliação clara por parte do Governo.

Sr. Secretário de Estado, quanto à tal circular que V. Ex.^a diz que enviou a 400 000 empresas e a outros organismos pagadores — e não digo que não, não quero dizer que é mentira aquilo que o Sr. Secretário de Estado afirmou —, devo dizer que tive oportunidade de perguntar, por mero acaso, a dois ex-colegas de curso que trabalham em empresas em que época do ano é que haviam recebido a tal circular e a resposta que obtive foi a de que nenhum deles a conhecia. Nas suas empresas não existia essa circular. Por acaso, um outro agente pagador, que é a Assembleia da República, também não conhece essa circular! ...

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais: — Não temos culpa disso; pois mandámos a circular a todas, mas a todas as empresas!

O Orador: — Foram enviadas 400 000 circulares?! Acredito na sua palavra, Sr. Secretário de Estado, mas, então, possivelmente deveriam ter sido enviadas 500 000, porque há, de facto, empresas, que não a receberam. E não estou a referir-me a pequenas empresas, mas, sim, às que têm muitos trabalhadores a quem pagam mensalmente o salário.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais: — Nós mandámos a circular a todas as empresas!

O Orador: — Para terminar, quero dizer-lhe, Sr. Secretário de Estado, que uma alteração deste género ou, se não quiser uma alteração, a possibilidade que o Governo dá para que se limite, pelo menos — e já não digo eliminar —, o empréstimo forçado a que o Governo está a proceder, deve ter um conhecimento público, inequívoco e claro.

Nessa perspectiva, tenha calma, Sr. Secretário de Estado, porque, em sede de Orçamento do Estado para 1990, nós, Grupo Parlamentar do PCP, iremos integrar, como proposta a ficar inscrita no Orçamento, ...

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais: — Não vale a pena. É perda de tempo!

O Orador: — ... publicada no *Diário da República*, que será conhecida por toda a população, por toda a gente interessada, essa possibilidade, ou melhor, tal como o Sr. Secretário de Estado acabou de referir, essa forma de retenção na fonte do IRS para os trabalhadores.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais: — Não é matéria reservada da Assembléia!

O Orador: — Assim, deixará de haver problemas, pois a circular pode ficar muitas vezes pelo caminho e questões desta índole não se podem tratar com as chamadas «circulares de gaveta», circulares meramente internas.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Vítor Ávila.

O Sr. Vítor Ávila (PRD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Quem fala no fim corre sempre o risco de repetir algumas afirmações proferidas anteriormente — quando se é rigoroso corre-se o risco de se ser igual em algumas questões —, mas penso que vale a pena corrê-lo, pois a análise que fazemos da alteração orçamental para 1989 é útil.

E essa análise à alteração orçamental para o ano de 1989 permite-nos verificar, nomeadamente, que o PRD tinha razão quando apresentou a sua declaração de voto aquando da votação do relatório da Subcomissão de Economia, encarregada da análise da então proposta de Orçamento do Estado para o ano de 1989. A previsão orçamental encontrava-se falseada quanto às receitas, pois, conforme agora se verifica, não só existem manifestos erros como algumas das receitas nem foram orçamentadas.

O Sr. Secretário de Estado referiu há pouco que tinha inscrito no Orçamento o valor da contribuição industrial, o valor do imposto profissional ... Sim, senhor, estão inscritos, mas não têm o que quer que seja à frente, têm um asterisco, estão a zero.

No que concerne aos impostos directos, o desvio foi de 13,1 %, enquanto que no relativo aos indirectos foi de 2,7 %, o que perfaz uma percentagem global de 15,8 % e um montante em valor absoluto de 91,3 milhões de contos. Se bem que se entenda que, do ponto de vista do Governo, o objectivo é vir dizer à Assembleia da República que o défice orçamentado foi reduzido, tal situação não revela uma boa gestão orçamental, mas tão-só a existência de alguns erros grosseiros de previsão, uma vez que o acréscimo das despesas (de 75,5 milhões de contos) não poderá ser considerado na sua grande maioria como respeitante a despesas imprevisíveis. O que é do âmbito precisamente das alterações orçamentais são as despesas imprevisíveis, e não, as despesas que inicialmente são perfeitamente mensuráveis e, portanto, não justificativas de alterações orçamentais.

Passando um pouco mais à especialidade, constatámos que, no que concerne aos impostos directos, as receitas da contribuição industrial, do imposto profissional, do imposto de capitais, do imposto complementar secção B que não se encontravam orçamentadas, tiveram uma cobrança de 43,5 milhões de contos. Se isto não é erro, que é que será?

No que se refere aos impostos directos que tinham inscritas verbas no Orçamento — como são os casos do IRS e do IRC —, verificou-se que existiam subavaliações de 12 e 9 milhões de contos, respectivamente.

Quanto aos impostos indirectos, os mesmos encontram-se subavaliados, de acordo com os elementos fornecidos pelo Governo, em 26,8 milhões de contos, representando as rubricas do imposto sobre os produtos petrolíferos e o IVA cerca de 82 % deste montante.

Pensamos que a previsão que o Governo agora nos apresenta (91,3 milhões de contos de receita não prevista referente ao ano de 1989) é ainda inferior ao que de facto iremos observar aquando do encerramento da Conta Geral do Estado, uma vez que as previsões da execução orçamental, que agora se encontram em debate, foram efectuadas com base em elementos reais recolhidos até Agosto deste ano.

A proposta de revisão orçamental, ao rever a previsão de cobrança do IVA de 419 milhões de contos para 431 milhões de contos, coloca, no entanto, um problema adicional, que deveria ser considerado no âmbito deste debate, que é o do aumento da despesa com as transferências para o Fundo de Equilíbrio Financeiro, de que são beneficiários as autarquias locais, uma vez que aquelas se encontram indexadas à cobrança prevista para o IVA.

É fácil de demonstrar que subavaliações da receita com o IVA, aquando do debate da lei orçamental para cada ano, reduzem as transferências a efectuar para as autarquias que, ao abrigo da Lei das Finanças Locais, as indexam de acordo com a percentagem que relaciona o IVA previsto para o ano seguinte com o do ano anterior. Assim, no ano de 1989, a transferência prevista é de 107,6 milhões de contos, quando a que deveria ser efectuada era de 110 milhões de contos, tendo em atenção que a cobrança do IVA irá ser de acordo com a previsão do Governo de 431 milhões de contos.

Estes 3,1 milhões de contos nunca irão ser recuperados, pelas autarquias em anos seguintes, uma vez que o FEF,

só tem vindo a ser corrigido pelos valores previstos pelo Governo para o início do ano económico, sem se ter em conta as alterações de cobrança do IVA que se vêm inserindo nas chamadas alterações orçamentais.

O que a Lei das Finanças Locais estipula é que o valor do IVA para um determinado ano seja comparado com o previsto no Orçamento do Estado do ano anterior, não se indicando se é o referido no início desse ano, se o considerado no âmbito das alterações orçamentais, que, de resto, também é uma previsão.

Se entrarmos em conta com a análise constitucional, e uma vez que tal situação poderá ser uma lacuna legal, seria correcto que o valor da despesa com o FEF fosse aumentado em 1989 em cerca de 3,1 milhões de contos, sobretudo tendo em conta que neste ano as autarquias terão de fazer face a acréscimos das despesas com reestruturação das carreiras da Administração Pública e que são as do interior do País, ou as mais dependentes das receitas do FEF, as mais afectadas negativamente por uma interpretação restritiva da Lei das Finanças Locais.

Aplausos do PRD.

O Sr. Presidente: — Para que efeito pediu a palavra, Sr. Deputado Vieira de Castro?

O Sr. Vieira de Castro (PSD): — Sr. Presidente, pedi a palavra para uma curtíssima intervenção, no tempo de que o PSD ainda dispõe e no sentido, Sr. Presidente, de pedir desculpas ao Sr. Deputado Octávio Teixeira, pela circunstância de não me encontrar no hemiciclo quando o Sr. Deputado se preparava para responder ao meu pedido de esclarecimento. Acontece que tive de me ausentar por motivo de força maior e só por isso é que não ouvi, com o maior interesse, o esclarecimento que o Sr. Deputado Octávio Teixeira fez o favor de dar-me.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, dá-me licença?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, se me permite e tendo em atenção aquilo que disse o Sr. Deputado Vieira de Castro, se foi por um motivo de força maior que não pôde estar presente na Sala quando eu prestava esclarecimentos, então, nesse caso a situação está esclarecida. Mas, se, por hipótese, isso tivesse acontecido porque o Sr. Deputado tinha ido prestar um depoimento a um jornalista, nesse outro caso, julgo que poderia ter esperado 5 ou 10 minutos.

De qualquer modo, nem o Sr. Deputado ouviu nem ninguém poderia ter ouvido aquilo que eu tinha para referir em relação às suas questões, porque na sua ausência, não o fiz.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, não havendo mais inscrições, considero encerrado o debate, na generalidade, relativamente a esta proposta de lei n.º 116/V. As votações sobre a mesma realizar-se-ão na próxima segunda-feira às 19 horas e 30 minutos, sendo certo que nesse dia os nossos trabalhos terão início às 10 e às 15 horas, com a apreciação das propostas de lei n.º 117/V.

e 118/V, relativas, respectivamente, ao Orçamento do Estado e às Grandes Opções do Plano para 1990.

Está encerrada a sessão.

Eram 12 horas e 10 minutos.

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

José Luís Vieira de Castro.
Mário Júlio Montalvão Machado.
Reinaldo Alberto Ramos Gomes.
Vitor Pereira Crespo.

Partido Socialista (PS):

António Manuel de Oliveira Guterres.
Custódio João Maldonado Freitas.
João António Gomes Proença.
João Rui Gaspar de Almeida.
Jorge Fernando Branco Sampaio.
José Ernesto Figueira dos Reis.

Partido Comunista Português (PCP):

Ana Paula da Silva Coelho.
Apolónia Maria Pereira Teixeira.
Carlos Alfredo Brito.
João Camilo Carvalho Gonçalves.
Maria Odete Santos.
Rui Manuel Carvalho Godinho.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Álvaro José Rodrigues Carvalho.
António Mário Santos Coimbra.
António da Silva Bacelar.
Carlos Alberto Pinto.
Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira.
Fernando Monteiro do Amaral.
Fernando dos Reis Condesso.
José Ângelo Ferreira Correia.
José Leite Machado.
José Manuel Rodrigues Casqueiro.

Licínio Moreira da Silva.
Manuel da Costa Andrade.
Manuel José Dias Soares Costa.
Mário Ferreira Bastos Raposo.
Miguel Bento M. da C. de Macedo e Silva.
Nuno Francisco F. Delerue Alvim de Matos.
Nuno Miguel S. Ferreira Silvestre.
Pedro Manuel Cruz Roseta.
Rui Manuel Almeida Mendes.

Partido Socialista (PS):

António Domingues Azevedo.
Carlos Cardoso Laje.
Carlos Manuel Natividade Costa Candal.
Francisco Fernando Osório Gomes.
Helena de Melo Torres Marques.
João Barroso Soares.
Jorge Luís Costa Catarino.
José Apolinário Nunes Portada.
José Carlos P. Basto da Mota Torres.
José Luís do Amaral Nunes.
José Manuel Lello Ribeiro de Almeida.
Luís Filipe Nascimento Madeira.
Luís Geordano dos Santos Covas.
Mário Manuel Cal Brandão.
Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.

Partido Comunista Português (PCP):

Domingos Abrantes Ferreira.
José Manuel Antunes Mendes.
Manuel Rogério Sousa Brito.
Octávio Rodrigues Pato.

Partido Renovador Democrático (PRD):

Hermínio Paiva Fernandes Martinho.
Natália de Oliveira Correia.

Deputados independentes:

Raul Fernandes de Moraes e Castro.

AS REDACTORAS: Ana Marques da Cruz — Leonor Ferreira.



DIÁRIO

da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8818/85

IMPrensa Nacional-Casa da Moeda, E. P.

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



PORTE
PAGO

1 — Preço de página para venda avulso, 4\$50; preço por linha de anúncio, 93\$.

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO 81\$00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República» deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codex